COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A PROFERIR PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 3.267, DE 2019, DO PODER EXECUTIVO, QUE "ALTERA A LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997, QUE INSTITUI O CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO."

REQUERIMENTO /2019

(Do Dep. Abou Anni)

Requer a realização de Audiência Pública para continuar a discussão sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção e a eficácia deste exame na redução de acidentes de trânsito e de suas vítimas, no âmbito do Projeto de Lei nº 3.267/2019, que "altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro".

Senhor Presidente:

Nos termos do Art. 58, § 2º, inciso II, da Constituição Federal, de 1988, combinado com o artigo 255 do Regimento Interno da Câmara Federal, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para continuar a discussão sobre o exame toxicológico de larga janela de detecção e sua eficácia na redução de acidentes de trânsito e de suas vítimas.

Por oportuno, indico como convidados as seguintes entidades e seus respectivos representantes:

- Representante do Conselho Federal de Medicina;
- Representante da Coordenação Geral de Vigilância de Doenças e Agravos não Transmissíveis do Ministério da Saúde;
- Representante da Associação Brasileira de Medicina de Tráfego – Abramet;
- Representante da Sociedade Brasileira de Ciências Forenses (SBFC);
- Representante do Conselho Regional de Biomedicina da 2ª Região (CRBM - 2ª Região);
- Representante do Conselho Regional de Farmácia do estado de São Paulo (CFR-SP);
- Representante da Sociedade Brasileira de Toxicologia (SBTox).

JUSTIFICAÇÃO

Considerando a última audiência pública, datada em 22/10/2019, em que se iniciaram os debates acerca da matéria objeto deste requerimento;

Considerando, pois, que, naquela ocasião, muito se focou no problema da drogadição existente na condução de automotores nas estradas e rodovias e das suas desastrosas consequências, mas pouco se falou em soluções eficazes e efetivas no combate a essa grave adversidade na segurança trânsito;

Considerando que quase não se explorou um debate dotado de densidade técnica no sentido de se comprovar a efetividade desse periódico exame toxicológico de larga janela na redução de acidentes automobilísticos e na luta contra a violência no trânsito;

Considerando ainda que alguns dos próprios debatedores/convidados que se mostraram a favor da manutenção do exame toxicológico afirmaram que este instrumento carece de um aperfeiçoamento, levantando, assim, dúvida quanto a sua eficácia social;

Considerando que foi apresentado um punhado de estatísticas fora de contexto e de vídeos trágicos que, com efeito, refletem a realidade de um trânsito inseguro, mas que, em nenhum momento, trazem evidências e elementos científicos que demonstrem, com propriedade técnica, a utilidade/proficuidade do exame toxicológico de larga janela de detecção como alternativa hábil e direta na redução de acidentes de trânsito;

Considerando que a atual política de segurança viária brasileira relacionada ao uso de drogas no trânsito trafega na contramão daquelas ensejadas no mundo sem que a comunidade científica tenha assento nas discussões;

Considerando que somente com a adoção de políticas públicas sérias e baseadas em evidências científicas fidedignas é que podemos recolocar o Brasil no rumo correto no que diz respeito à efetiva redução dos acidentes de trânsito;

Considerando que o exame toxicológico de larga janela prevista no art. 148-A, do CTB, não atinge tão somente os caminhoneiros, mas, outrossim, outros tantos motoristas profissionais do transporte, instrutores de trânsito, bem como todos aqueles que, muito embora não exerçam atividade remunerada, estão habilitados nas categorias C, D ou E;

Considerando, por fim, que precisamos ampliar os debates, ouvindo os peritos do ramo, a fim de colhermos subsídios mais precisos e que venham realmente atestar eventual virtude e falibilidade do exame toxicológico de larga janela;

Apresentamos este requerimento com vistas a dar prosseguimento neste intrincado assunto, pluralizando e qualificando o debate proposto mediante a participação das renomadas entidades supracitadas, como forma de tornar a discussão em voga mais democrática e, ao mesmo tempo, especializada, haja vista a experiência e o conhecimento técnico-científico dos *experts* convidados, os quais, seguramente, contribuirão sobremaneira com o aprimoramento do tema com base em estudos científicos sólidos.

Nesses termos, é que solicitamos o apoio dos Membros desta Douta Comissão Especial para a aprovação deste Requerimento.

Sala da Comissão, de outubro de 2019

ABOU ANNI

Deputado Federal PSL/SP